



aicep Portugal Global

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO  
DE PORTUGAL, E.P.E.  
(AICEP)**

**CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OPTIMIZADOR DE  
INVESTIMENTO ONLINE**

**CPR 101/2021/DDC**

**CADERNO DE ENCARGOS**



## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I**

#### **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do Contrato**

1. O objeto do procedimento consiste na aquisição de serviços de desenvolvimento tecnológico de Optimizador de Investimento online, com as especificidades técnicas constantes da Parte II do Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição é objeto de financiamento em 85% pelo projeto SAMA (candidatura 40222).

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Conselho de Administração da AICEP;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
  - f) A declaração de consentimento relativa à proteção de dados pessoais (Anexos A).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 da presente Cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos



aicep Portugal Global

de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Preço Base**

1. Pela prestação dos serviços objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AICEP pagará ao Adjudicatário, o preço constante da sua proposta, que não pode exceder o preço base de 74.990,00€ (setenta e quatro mil, novecentos e noventa euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é o preço máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar.
3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente, os relativos a:
  - a) Despesas de alimentação e deslocação de meios humanos;
  - b) Despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais;
  - c) Quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
  - d) Todas as despesas inerentes à correta prestação dos serviços e fornecimento dos bens a contratar e dos serviços a prestar.
4. Os preços constantes da proposta não serão revistos durante a vigência do Contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Prazo de execução**

O Contrato produz efeitos a partir da data de assinatura do mesmo, mantendo-se em vigor pelo prazo de 90 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**



## **SECÇÃO I**

### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Obrigações Principais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos e nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Cumprir as condições fixadas no presente Caderno de Encargos para a execução dos serviços, com absoluto respeito pela legislação em vigor;
  - b) Executar os serviços que lhe foram adjudicados, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços que forem solicitadas pela AICEP, bem como prestar os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - d) Comunicar antecipadamente à AICEP os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos;
  - e) Deter os seguros obrigatórios no âmbito da prestação dos serviços.
2. O Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento, monitorização e aperfeiçoamento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Ao Adjudicatário competirá, inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução e competindo-lhe ainda, a realização de todos os trabalhos acessórios que forem considerados necessários.
4. O Adjudicatário será igualmente responsável pelos danos causados pelo incumprimento e/ou cumprimento defeituoso do objeto do Contrato, devidos a negligência, quebra de sigilo e não cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis à adequada prestação de serviços em causa.



## **Cláusula 6.ª**

### **Propriedade Intelectual**

1. Após a emissão do auto de aceitação dos trabalhos, ficam a pertencer à AICEP todas as obras suscetíveis de proteção a título de direitos de autor ou direitos conexos, emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
2. Para efeitos do disposto no n.º anterior, o Adjudicatário transmite à AICEP a posse e propriedade sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias, que estejam na sua titularidade, por um período indeterminado e sem quaisquer restrições geográficas, compreendendo os direitos de uso, transmissão, modificação, apresentação a terceiros, distribuição, e quaisquer outras formas de exploração das obras emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
3. O Adjudicatário entregará à AICEP, no termo do contrato, toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da AICEP.
4. O código fonte resultante da conclusão do Otimizador do Investimento é propriedade exclusiva da AICEP, convencionando-se desde já que a titularidade de todos os direitos que sobre este *software* venham a recair ficará a pertencer à AICEP, pelo que o mesmo (código fonte) deverá ser entregue após a finalização do projeto não podendo ser usado para quaisquer outros fins ou cedido a terceiros, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
5. O Adjudicatário garante que o *software* por si criado que vier a ser entregue à AICEP é original e não infringe direitos de terceiros e assume toda a responsabilidade por eventuais reclamações que esta entidade venha a ter decorrente da utilização do *software*.
6. Pela transmissão dos direitos de autor ou direitos conexos a que se referem os números anteriores, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
7. O Adjudicatário obriga-se a colaborar com a AICEP caso se mostre necessário promover o registo dos direitos de autor e direitos conexos objeto de transmissão nos termos da presente cláusula, designadamente subscrevendo a documentação exigida para o efeito.



#### **Cláusula 7.ª**

##### **Incompatibilidade, impedimentos e conflitos de interesses**

1. Ao Adjudicatário são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. Caso, ao longo da prestação de serviços objeto do presente procedimento, venha a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos da lei ou indicados nos números anteriores, o Adjudicatário compromete-se a informar a Adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o Adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros à Adjudicante, privados ou públicos e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente contrato.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Dever de Sigilo**

1. O Adjudicatário e os respetivos colaboradores estão sujeitos, nos termos da legislação aplicável, incluindo o estipulado nos estatutos da AICEP para os respetivos trabalhadores, a



aicep Portugal Global

sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, jurídica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que dela resulte, a violação do dever de sigilo pelo Adjudicatário ou pelos seus colaboradores prevista na presente cláusula, confere à Adjudicante o direito à resolução imediata do contrato sem qualquer contrapartida ao Adjudicatário.
5. O dever de sigilo mantém-se indefinidamente, salvo autorização expressa em contrário pela Adjudicante.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Dados Pessoais**

A Adjudicante e o Adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos, nos termos do documento como “Anexo A”.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Preço contratual**

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor se este for legalmente devido.



aicep Portugal Global

## **Cláusula 12.ª**

### **Condições de Pagamento**

1. Os serviços objeto do contrato a celebrar serão pagos em duas tranches, da seguinte forma:
  - a) 40% do valor contratual é pago com a entrega, validação e aprovação pela AICEP das funcionalidades previstas para os 3 layers da solução Why Invest Portugal do Otimizador do Investimento;
  - b) 60% do valor contratual é pago com a entrega, validação e aprovação pela AICEP das funcionalidades previstas para os 3 layers da solução Where in Portugal do Otimizador de Investimento.
2. As quantias devidas incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente, os relativos a:
  - a) Despesas de alimentação e deslocação de meios humanos;
  - b) Despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais;
  - c) Quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
  - d) Todas as despesas inerentes à correta prestação dos serviços e fornecimento dos bens a contratar e dos serviços a prestar.
3. As faturas serão pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pela AICEP, das mesmas.
4. As faturas deverão conter de forma discriminada os serviços efetivamente solicitados e executados, com a identificação dos respetivos valores e o respetivo número de compromisso que constará do contrato.
5. Em caso de discordância por parte da AICEP, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a mesma obrigada a prestar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitida, e observando o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo Adjudicatário.
7. Qualquer alteração respeitante à conta do Adjudicatário deverá ser comunicada à AICEP.
8. Em caso de atrasos no pagamento por parte da AICEP o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos CCP.





### **CAPÍTULO III**

#### **SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

##### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

###### **Sanções Contratuais**

1. No caso de incumprimento do prazo fixado no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma sanção, no montante máximo de 1% do valor do contrato por cada dia de atraso na prestação de serviços objeto do procedimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a AICEP pode exigir-lhe uma pena pecuniária.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AICEP tem em consideração, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a AICEP exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

###### **Força Maior**

1. Nenhuma das Partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da Parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na Parte em que intervenham;



aicep Portugal Global

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra Parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AICEP pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso superior a 15 dias na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato face aos prazos contratualmente estabelecidos;
  - b) Não resolução das não conformidades ou discrepâncias decorrentes das tarefas a executar no prazo de 7 dias;
  - c) Acumulação de sanções de valor igual ou superior a 20% do preço contratual pelo incumprimento das obrigações previstas no Caderno de Encargos.



aicep Portugal Global

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com uma antecedência de 10 (dez) dias úteis da data de produção de efeitos.
3. A resolução do contrato não prejudica qualquer direito de indemnização, legal ou contratualmente fixado.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Foro Competente**

Para resolução de eventuais litígios emergentes da validade, interpretação, execução, incumprimento ou resolução do Contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual ou de qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato dependem da autorização da AICEP.



#### **Cláusula 19.ª**

##### **Esclarecimento de dúvidas**

8. As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços que lhe tenham sido fornecidos pela AICEP devem ser submetidas a esta antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
9. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Adjudicatário submetê-las imediatamente à AICEP, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
10. O incumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a Adjudicante e o Adjudicatário, as mesmas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para as instalações ou sede da contraparte nos termos indicados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pelo Adjudicatário em sede de execução contratual terá de ser, obrigatoriamente, redigida em português.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Legislação Aplicável**

1. O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o mais que não esteja expressamente previsto no Convite e no Caderno de Encargos aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação conexa aplicável.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Gestores do Contrato**

1. A AICEP e o adjudicatário obrigam-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a Parte contrária para todos os fins associados à execução do Contrato.



aicep Portugal Global

2. É nomeado com as funções de Gestor do Contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, Manuela Arteaga, atualmente trabalhadora da Direção Digital e Comunicação da AICEP.
3. Cada uma das Partes obriga-se a informar a outra, por escrito, da identidade e dos contactos dos respetivos representantes.



## PARTE II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. Enquadramento

1.1 A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., geralmente designada por AICEP, é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa.

A AICEP presta serviços em primeira linha às empresas exportadoras, ou com interesse em iniciar a atividade exportadora, a investidores e potenciais investidores em Portugal, nacionais e estrangeiros, e aos potenciais clientes internacionais das empresas portuguesas.

1.2 Portugal tem vindo a ganhar notoriedade internacional positiva. Como influenciador europeu e mundial, como incubadora de inovação, destino de lazer, de negócios ou para viver. Tem-se destacado pela capacidade de construir casos de sucesso de alta visibilidade.

Este contexto encorajou e continuará a encorajar novas iniciativas enquadradas na estratégia de internacionalização da AICEP para 2022-23, gerando um clima favorável de captação e desenvolvimento do investimento estrangeiro.

O crescimento da economia portuguesa depende também da nossa capacidade de atrair *players* internacionais capazes de gerar novas dinâmicas produtivas, melhor emprego, mais competências, maior riqueza.

A concorrência entre países como destino de investimento é muito intensa e Portugal necessita por isso de ganhar credibilidade e quota de atenção no mundo dos negócios internacionais, marcando posição em ocasiões de reconhecida relevância, assim como, e cada vez mais, em novas plataformas e canais de comunicação que amplifiquem a sua reputação de forma positiva: na mensagem, na imagem e na experiência.

A informação que caracteriza a atratividade de Portugal como destino de investimento encontra-se fragmentada e espalhada por diversas fontes. Torna-se necessária a agregação e organização destes conteúdos através de um único canal *online*.



## 2. Necessidade

A forma e conteúdo dos suportes digitais e plataformas utilizadas até hoje, destinados ao consumo de informação de negócio para investidores e potenciais investidores estrangeiros, têm dado sinais de pouca atualização, falta de agregação de informação de fontes fidedignas, captura incipiente, fraca qualificação e cruzamento de dados em tempo real que possam enriquecer os resultados das pesquisas efetuadas, dando uma resposta incompleta e uma imagem digital pouco competente aos que ponderam apostar no nosso país. Um dos objectivos da AICEP é a construção de soluções integradas de investimento apelativas para o investidor estrangeiro, num modelo *one-stop-shop*, com enfoque na competitividade nacional e na atractividade regional.

Assim, pretende-se captar, desenvolver e comunicar conteúdos que vão dar a conhecer os fatores de diferenciação e complementaridade que Portugal oferece, nomeadamente ao nível dos recursos humanos e da posição geoeconómica do país.

É neste contexto que se vai desenhar, desenvolver e implementar o Optimizador de Investimento da AICEP.

## 2. Âmbito da contratação

Com o presente procedimento de aquisição pretende-se contratar os serviços de desenvolvimento da plataforma web de suporte ao Otimizador de Investimento.

O modelo de dados já está implementado de acordo com as necessidades estabelecidas para a plataforma, pelo que o desenvolvimento a fazer se prende com a construção de toda a *interface* de utilizador e os processos de acesso, seleção e extração de dados.

O tipo de indicadores que a plataforma vai disponibilizar ao utilizador, pode ser resumida nestas 2 vertentes:

- Why Invest in Portugal - indicadores comparativos de Portugal com o mundo;
- Where in Portugal - indicadores comparativos entre as diversas regiões e municípios do país.

A plataforma deve considerar a existência de várias áreas, com diferentes níveis de acesso:

- Área pública: para acesso de investidores anónimos, com um conjunto vasto, mas limitado de opções de pesquisa;



## aicep Portugal Global

- Área privada: para acesso de investidores autenticados, com um conjunto mais profundo de indicadores e opções de pesquisa mais alargadas;
  - Área privada do staff da AICEP: para acesso dos colaboradores da Agência, permitindo acesso alargado aos dados e funcionalidades;
  - Área privada dos *stakeholders* da AICEP (Tutela e Comunidades Intermunicipais-CIM): para acesso de utilizadores autenticados destas entidades, permitindo acesso a todos os dados;
- A plataforma Otimizador de Investimento vai ficar integrada com o Portal do Investimento e a plataforma MyAICEP da AICEP, pelo que utilizará toda a estrutura de dados já existente, mecanismos de autenticação e *web design* (disponível no *Design System*).

### 3. Objetivos do Otimizador de Investimento

- Dar a conhecer as vantagens de escolher Portugal como destino de negócio.
- Dar a conhecer a oferta das oportunidades e ecossistemas de negócio por diversas unidades territoriais.
- Comparar ecossistemas e oportunidades de negócio entre diversas unidades territoriais máximas e mínimas.
- Identificar e recomendar as melhores oportunidades de negócio e ecossistemas consoante a necessidade do potencial investidor.
- Fornecer o máximo de informação por medida ao navegador.
- Ficar a conhecer melhor quem procura Portugal como destino de investimento e retirar disso novas aprendizagens e *insights*.
- Melhorar a qualidade da oferta e a capacidade de atração de novos investidores internacionais.
- Favorecer a partilha de dados entre os *stakeholders*, que se traduz no aumento do conhecimento sobre o negócio internacional.
- Escalar o número de utilizadores, contribuindo para o alargamento da base de potenciais *targets*.
- Melhorar a eficiência dos processos, traduzido em resposta mais rápida, mais e melhor serviço.
- Aumentar a capacidade de inovação, que se traduz em mais e melhores serviços.





aicep Portugal Global

#### 4. Públicos-alvo

Todos os clientes Internacionais das empresas portuguesas, nas suas diferentes tipologias (agentes, importadores, retalho, grande distribuição, etc.).

Grandes empresas estrangeiras, incluindo aquelas que já se encontram instaladas em Portugal.

Conjunto de *stakeholders* alargado, incluindo entidades como:

- Ministério da Economia, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Secretário de Estado da Internacionalização (responsável pela tutela);
- PM, outros ministérios e PR;
- Associações Empresariais, Setoriais e Clusters;
- Universidades
  - . Como parceiros na elaboração de estudos, pesquisas e pareceres;
  - . Na promoção do negócio do ensino;
- Municípios, CIMs, Empresas Municipais e CCDR's
  - . Apoiando na promoção das respetivas geografias e recursos de negócio (zonas industriais);
  - . No desbloqueio de dificuldades que possam estar a afetar processos de instalação de empresas;
- Diversos níveis da Administração Pública incluindo Direções Regionais e Entidades Reguladoras:
  - . Principalmente no desbloqueio de dificuldades que possam estar a afetar processos de instalação de empresas;
- Direções de Turismo
  - . Normalmente em ações de promoção mas também no acompanhamento de instalação de investimentos no turismo;
- Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais/Multilaterais Financeiras
  - . Na defesa dos interesses da política externa;
- Organizações e Institutos emissores de dados.



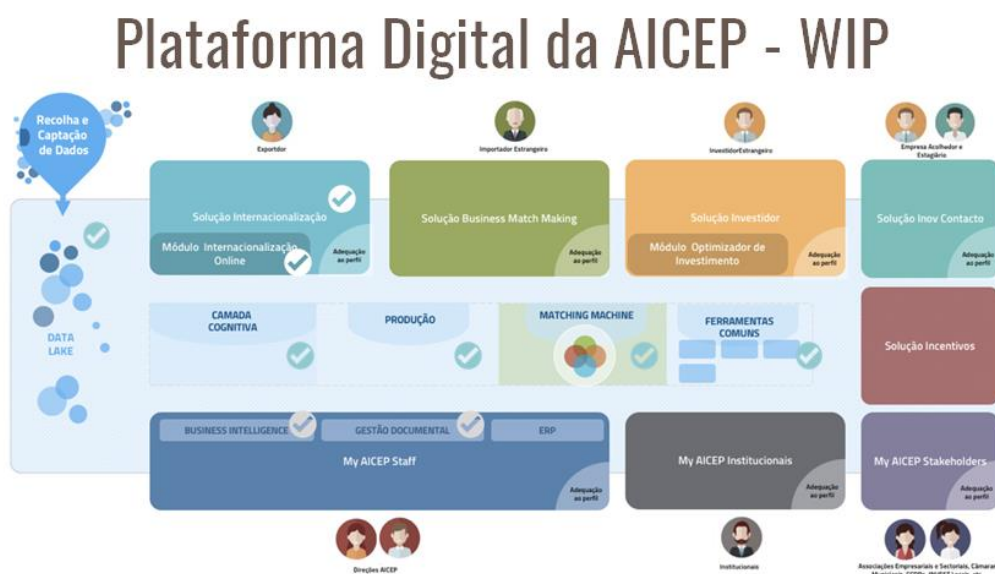
aicep Portugal Global

## 5. Plataforma Digital da AICEP

### 5.1 Enquadramento

O Optimizador de Investimento é um módulo que terá de integrar com o Portal de Investimento, solução de investidor da Plataforma Digital da AICEP.

A Plataforma Digital da AICEP é uma solução *cloud based*, suportada nos serviços de *cloud computing* da Google Cloud Platform (futuramente designada de GCP). Este projecto é um processo *Agile* que se encontra no seguinte estado de desenvolvimento:



Estão já desenvolvidos e disponíveis em produção, os seguintes módulos:

- Solução Internacionalização
  - a) [www.portugalexporta.pt](http://www.portugalexporta.pt) – Área pública para empresas nacionais;
  - b) [myaicep.portugalexporta.pt](http://myaicep.portugalexporta.pt) – Área reservada cliente empresa;
  - c) AEO – Módulo Internacionalização Online;
  - d) Plataforma de *e-learning* Moodle;
  - e) *Content Management System* Drupal.
- Data Lake
- My AICEP STAFF
  - a) [myaicepstaff.portugalexporta.pt](http://myaicepstaff.portugalexporta.pt) – Área reservada aos colaboradores AICEP;
  - b) Business Intelligence - Área Comercial e Rede/Centros de Negócio;
  - c) Gestão Documental FileDoc;
  - d) Gestão de Campanhas Mautic;
- Camada Cognitiva – modelos de *machine learning* desenvolvidos em *Python*.



aicep Portugal Global

Em progresso, encontram-se:

- Solução de Business Match Making;
- Portal de Investimento;
- My AICEP STAFF - ERP Primavera Software.

## 5.2 Arquitetura Técnica

A arquitetura da Plataforma Digital da AICEP está alojada na Google Cloud Platform, residente em West Europe 4 (Netherlands) e engloba quatro ambientes distintos mas semelhantes entre si, a saber:

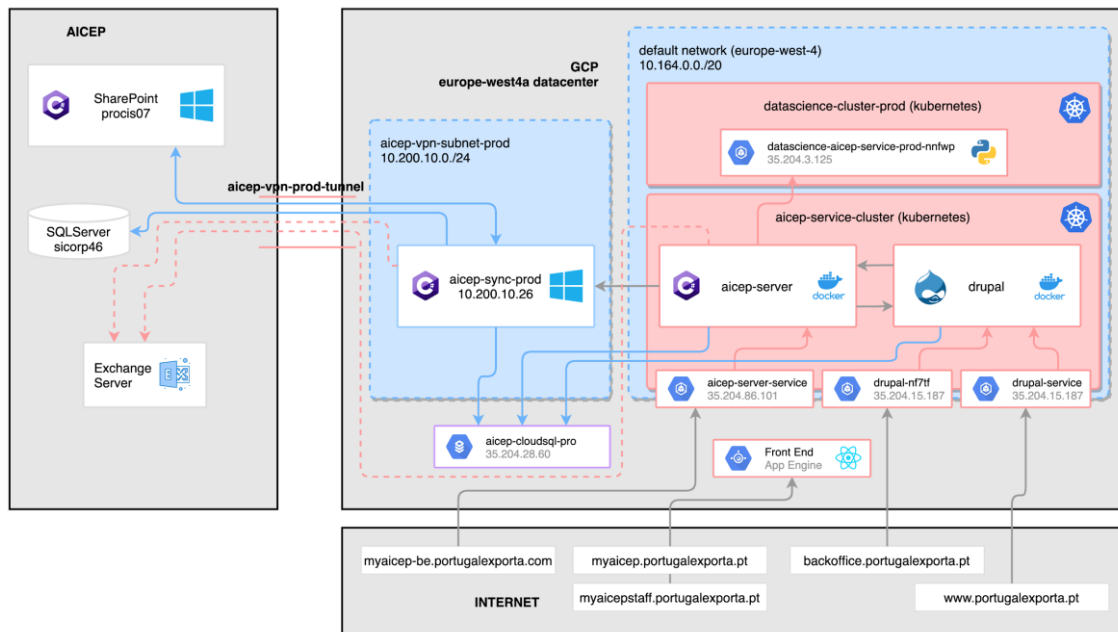
- Desenvolvimento;
- Qualidade;
- Pré-Produção;
- Produção.
- 

A arquitetura que suporta a Plataforma Digital da AICEP foi desenhada para suportar desenvolvimento ágil de soluções com uma orientação *mobile first*, totalmente *responsive* e *cloud oriented*. Em virtude da sua flexibilidade e escalabilidade, garante uma dimensão modular que permite acrescentar os novos módulos de desenvolvimento progressivamente. Permite também a coexistência com componentes ainda em produção nos sistemas legados da AICEP (Ex: CRM GIC, CPI, etc...). Estes sistemas baseiam-se fundamentalmente em tecnologias Microsoft e PHP.

A seguinte imagem ilustra a arquitetura de sistemas da Plataforma no ambiente de produção e a comunicação com as componentes legadas da AICEP (lado esquerda):



## aicep Portugal Global



O site público Portugal Exporta, [www.portugalexporta.pt](http://www.portugalexporta.pt), está alojado no *kubernetes service* da GCP. O seu *backoffice* de conteúdos (backoffice.portugalexporta.pt) está alojado na instância dedicada ao gestor de conteúdos do Drupal.

O Portugal Exporta, site público e o seu *backoffice* é desenvolvido na tecnologia Drupal (Content Management System).

A sua área reservada, a My AIcep (myaicep.portugalexporta.pt), que está alojado em *App Engine*, serviço de exposição do *site* para o exterior da GCP.

Também a área reservada My AIcep Staff (myaicepstaff.portugalexporta.pt) está alojado em *App Engine* da GCP.

A My AIcep e a My AIcep Staff (áreas/sites privados) são desenvolvidas em tecnologia React JS (Javascript/Node).

As bases de dados operacionais usadas na AIcep estão alojadas também na GCP no serviço Cloud SQL.

O *backend* (componente servidora) é desenvolvido em tecnologia Entity Framework Core (C#) com Graph QL de modo a que os sites da My AIcep e do Drupal façam pedidos ao servidor. Está alojado na GCP, para as componentes de *backend* servidor AIcep e servidor de sincronização (aicep-sync-prod), responsável por integrações e sincronizações várias, como por exemplo:



## aicep Portugal Global

conteúdo do GIC (CRM por medida existente nos sistemas legados) para a base de dados operacional My AICEP, sincronização entre Moodle e Drupal, etc.

Também sob *kubernetes* existe um *layer* dedicado à execução de alguns modelos de aprendizagem computacional (datascience-cluster-prod) que adicionam inteligência às soluções operacionais da Plataforma Digital da AICEP.

É mantida uma conexão via VPN (aicep-vpn-prod-tunnel) diária, para sincronização de conteúdos entre os sistemas legados AICEP e as nossas soluções da plataforma digital.

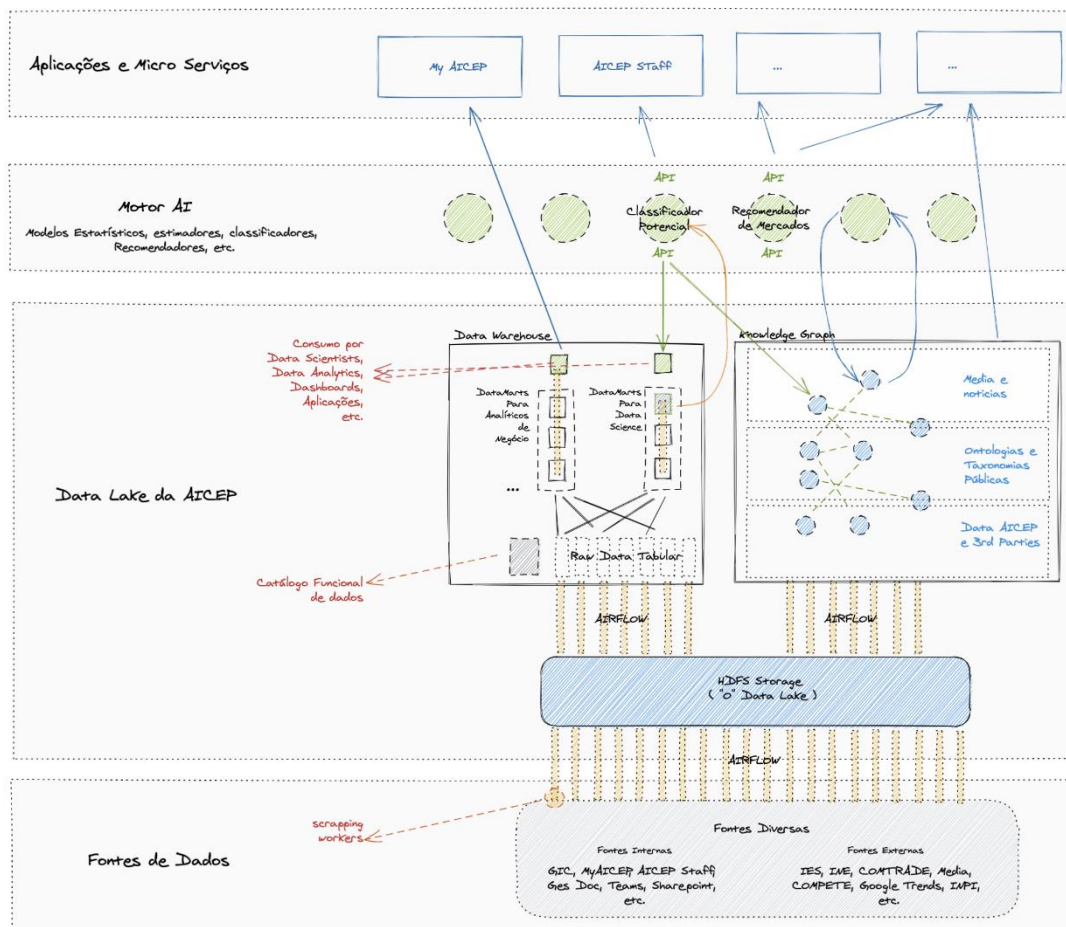
### 5.3 Data Lake

A Plataforma Digital da AICEP contempla também um grande repositório de dados para exploração analítica, enriquecimento das soluções operacionais e injeção de inteligência na camada cognitiva: o *data lake* da AICEP.

Recorrendo preferencialmente à recolha automática de dados, quer de fontes internas quer de externas, o *data lake* da AICEP está em constante enriquecimento.

Tecnologicamente, a sua estrutura está dividida em diversas camadas com finalidades distintas, na generalidade suportada pelos serviços de Cloud Storage, Cloud SQL, Big Query e AirFlow Composer da Google Cloud Platform.

De seguida apresentamos a sua arquitectura:



É composto por uma camada *raw* (GCP Storage/Bucket) que aloja em bruto as estruturas de dados importados pelos múltiplos processos de extracção e injeção (*dags*). Para esta operação é utilizado o orquestrador Airflow do serviço Composer da GCP.

A partir deste repositório base, através do mesmo orquestrador e recorrendo a técnicas e serviços de ETL da GCP, os dados são qualificados e transferidos para *datawarehouses* e *datamarts* suportados pelo serviço BigQuery da GCP.

Neste *layer* e em complemento aos dados estruturados, existem também bases de dados de grafos (NEO4J) que permitem aferir múltiplas correlações entre dados, objectos e entidades por forma a gerar *insights* para a camada cognitiva da plataforma.

Finalmente, existe ainda uma outra camada adjacente dedicada à *Artificial Intelligence* da Plataforma Digital da AICEP. Sob o motor do serviço App Engine da GCP, estão alojados modelos de *machine learning*, desenvolvidos em *python*.



aicep Portugal Global

## 6. Optimizador de Investimento

### 6.1 Conceito

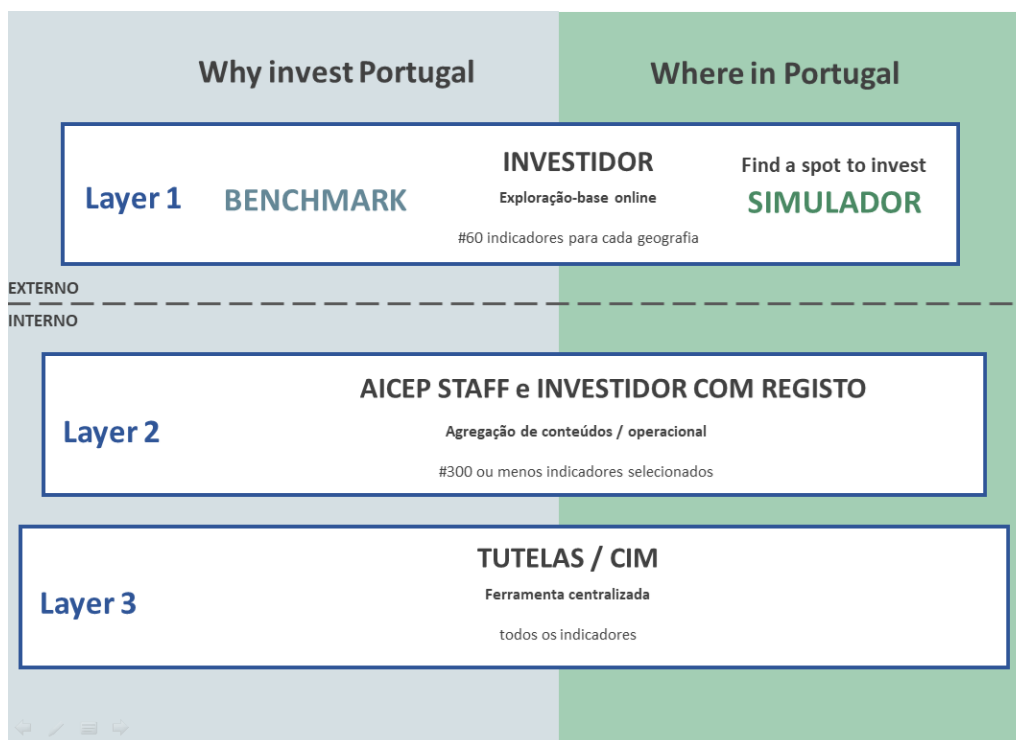
O Optimizador de Investimento é um simulador/comparador de múltiplos indicadores agrupados por dimensões e categorias que visa posicionar Portugal e destacar as vantagens competitivas do país versus outros países, e das suas regiões entre si, como destino ideal para a angariação de investimento estrangeiro.

A solução tecnológica do Optimizador de Investimento, terá de responder a um duplo exercício:

- **Why Invest Portugal** – que será um comparador de Portugal com o Mundo;
- **Where in Portugal / Find a Spot to Invest** – será um comparador das diversas regiões e municípios do nosso país – top X dos melhores *spots* para investir em Portugal.

Ambas as dimensões, *Why Invest Portugal* e *Where in Portugal*, terão uma área pública (externo) e uma área privada (interno). A área privada de ambas, terá ainda dois níveis/*layers* distintos, que, mediante autenticação e níveis de acesso por perfil, permitirão aceder a um conjunto mais vasto de indicadores, de modo a permitir a *discovery* e explorações mais exaustivas e rigorosas. Estes dois níveis em área privada são destinados a públicos-alvos distintos.

Em resumo, a solução tecnologica do Optimizador de Investimento fará comparações em duas dimensões e vai operar em três *layers*. Eis o conceito:





aicep Portugal Global

Ambas as soluções, *Why Invest in Portugal* e *Where in Portugal*, terão os indicadores dos níveis/*layers* agrupados em dimensões temáticas, a saber:

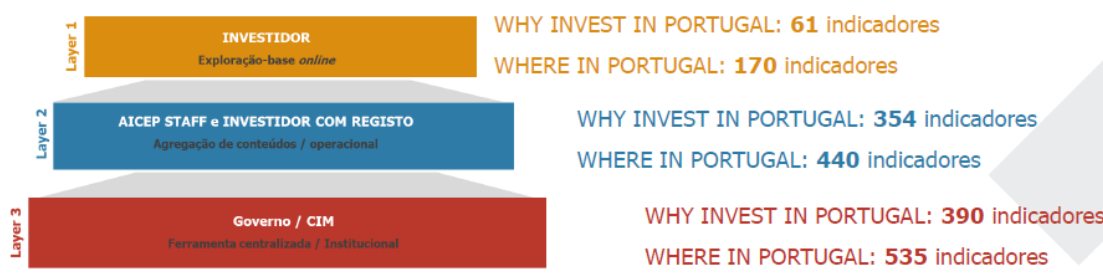
#### WHY INVEST IN PORTUGAL



#### WHERE IN PORTUGAL



Com a seguinte distribuição por nível/layer:



## 6.2 Visão funcional

A solução terá de ser concebida de modo a que, a partir da combinação de diversos critérios introduzidos pelo utilizador em modo de *self-service* na camada de *interface* integrada no Portal do Investimento, via API sob a forma de micro-serviços, sejam cruzados múltiplos critérios com a finalidade de apresentar os resultados correspondentes ao utilizador, tanto na dimensão do *Why Invest in Portugal*, como para o *Where in Portugal*.

Assim, a solução terá como base um “cubo analítico”, suportado num sistema de *datawarehouse* em Google BigQuery já existente. Toda a mecânica e automatização da solução estará residente numa camada de micro-serviços, em App Engine com API Container que agregará as componentes que garantirão a gestão e automatização dos pedidos feitos pela camada de

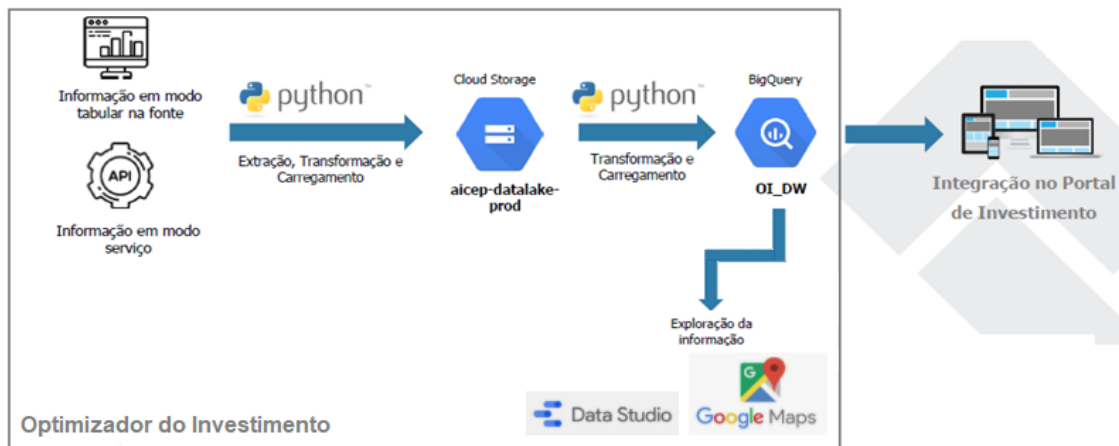




aicep Portugal Global

interface (*front end*) à camada de dados (*datawarehouse*), bem como a alimentação do *back-end* operacional de logging de toda a atividade no Optimizador do Investimento.

Descrevemos de seguida o processo já implementado:



A partir da captação automática de dados das fontes identificadas, estes são transformados e carregados no *data lake* da AICEP num *bucket* da Google Cloud Storage, ainda num estado *raw*, via AirFlow/Composer pela execução de *dags* desenvolvidas em *python*. Este *bucket* está em regular actualização e enriquecimento constante, devido ao agendamento periódico das *dags*.

Estes dados são posteriormente trabalhados segundo processos de ETL (*extract-transformation-loading*), novamente através do orquestrador AirFlow/Composer, que vão permitir a sua normalização, qualificação e enriquecimento. Após esta fase, são transferidos e armazenados num *datawarehouse de Big Query*, de modo a estarem disponíveis para serem analisados, cruzados e explorados.

A camada de dados do Optimizador de Investimento está já estruturada e preparada em Big Query no *data lake* da AICEP, estando organizada num schema/dataset único, denominado OTIMIZADOR\_INVESTIMENTO:



aicep Portugal Global

▼	OTIMIZADOR_INVESTIMENTO	⋮
	00_INDICADORES_WHERE_PORTUGAL	⋮
	00_INDICADORES_WHY_PORTUGAL	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_DESAGREGACAO_GEOGRAFICA_PT	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_MUNICIPIOS	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_PAISES	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_SETORES	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_VARS_MUNDO	⋮
	00_MAP_AUXILIARY_VARS_PORTUGAL	⋮
	00_WHERE_PORTUGAL	⋮
	00_WHERE_PORTUGAL_YEAR_RANK	⋮
	00_WHY_PORTUGAL	⋮
	00_WHY_PORTUGAL_YEAR_RANK	⋮
	APA	⋮
	APA_QUALAR	⋮
	ASSOCIACAO_BANDEIRA_AZUL_DA_EUROPA	⋮
	ASSOCIACAO_PORTUGUESA_DE_BANCOS	⋮
	AUTORIDADE_DA_MOBILIDADE_E_DOS_TRANSPORTES	⋮
	AUTORIDADE_TRIBUTARIA	⋮
	BIS	⋮

Este schema possui uma tabela por cada fonte de dados, bem como tabelas auxiliares ao modelo (com prefixo 00\_) e *materialised views* correspondentes ao Mundo (*Why Invest in Portugal* - indicadores comparativos de Portugal com o mundo), bem como aos Municípios (*Where in Portugal* - indicadores comparativos entre as diversas regiões e municípios do país):

O Optimizador de Investimento nas suas duas soluções, *Why Invest in Portugal* e *Where in Portugal*, deve proporcionar ao utilizador, quer da área pública quer da área privada, uma experiência lúdica e informativa, com elevado rigor e assertividade nos resultados apresentados. Para tal, é fundamental o recurso a ferramentas de *data visualization* e georreferenciação.



## 7. Requisitos técnicos

São requisitos para o desenvolvimento tecnológico do Optimizador de Investimento:

- Desenvolvimento e implementação na Google Cloud Platform da AICEP em plena integração tecnológica com a arquitetura da Plataforma Digital da AICEP;
- Integração e interoperabilidade com o Portal de Investimento e *data lake* AICEP;
- Garantir a autenticação perante um micro-serviço que assegurará o *Single Sign On*, a partir da área reservada do Portal do Investimento, adequando o acesso via My AICEP Investidor ou My AICEP *Staff* ou My AICEP *Stakeholders*, ao *layer* dedicado a cada perfil de utilizador;
- Criação de estrutura/BD operacional de *back-end*, responsável por registar toda a atividade dos utilizadores no Optimizador de Investimento, histórico de pesquisas, bem como as suas preferências e favoritos;
- Criação de camada de CACHE/REDIS ao nível dos micro-serviços a desenvolver e views materializadas sobre o dataset dedicado já existente no BigQuery, de modo a garantir acessos ágeis e seguros a dados, com menor exigência de processamento;
- Utilizar Google Data Studio ou Google Looker para *data visualization*, produção de *dashboards* e *reports* e Google Maps para toda a componente geo-espacial da solução;
- Respeitar e garantir a plena integração com o *web design* já desenvolvido para a solução. As linhas orientadoras estão descritas no *Design System* da AICEP que agrega o guia de estilos de todas as soluções da Plataforma digital da AICEP.
- Integração com Google Analytics;
- Garantir conformidade com RGPD e Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018 de 28 de março;
- A concordância com os *standards* de acessibilidade de nível “AA” das WCAG 2.0;
- O cumprimento de todos os requisitos de acessibilidade dos *sites web* e aplicações móveis de organismos públicos, previstos no Decreto Lei nº 83/2018, de Outubro.
- O Cumprimento dos Requisitos de Arquitetura de Segurança das Redes e Sistemas de Informação, definidas pelo CNCS.

O desenvolvimento do projeto deve ainda respeitar as seguintes condicionantes:



## aicep Portugal Global

- Articulação total da equipa de gestão de projeto e desenvolvimento com a equipa de projeto da AICEP e outras equipas parceiras envolvidas no enriquecimento da Plataforma Digital da AICEP em curso;
- Disponibilidade para elaboração de metodologia de testes rigorosa conjunta no âmbito das componentes a integrar;
- Equipa de projeto com formação e experiência nas tecnologias exigidas para o projeto;
- Documentação de todo o desenvolvimento efectuado no âmbito do projeto.

Deve ser concedida uma garantia de 12 meses sobre toda a plataforma desenvolvida, com a resolução de eventuais *bugs*.

### **8. Propriedade intelectual**

1. Após a emissão do auto de aceitação dos trabalhos, ficam a pertencer à AICEP todas as obras suscetíveis de proteção a título de direitos de autor ou direitos conexos, emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário transmite à AICEP a posse e propriedade sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias, que estejam na sua titularidade, por um período indeterminado e sem quaisquer restrições geográficas, compreendendo os direitos de uso, transmissão, modificação, apresentação a terceiros, distribuição, e quaisquer outras formas de exploração das obras emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.

3. O Adjudicatário entregará à AICEP, no termo do contrato, toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da AICEP.

4. O código fonte resultante da conclusão do Otimizador do Investimento é propriedade exclusiva da AICEP, convencionando-se desde já que a titularidade de todos os direitos que sobre este *software* venham a recair ficará a pertencer à AICEP, pelo que o mesmo (código fonte) deverá ser entregue após a finalização do projeto não podendo ser usado para quaisquer outros fins ou cedido a terceiros, sob pena de responsabilidade civil e criminal.



aicep Portugal Global

5. O Adjudicatário garante que o *software* por si criado que vier a ser entregue à AICEP é original e não infringe direitos de terceiros e assume toda a responsabilidade por eventuais reclamações que esta entidade venha a ter decorrente da utilização do *software*.
6. Pela transmissão dos direitos de autor ou direitos conexos a que se referem os números anteriores, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
7. O Adjudicatário obriga-se a colaborar com a AICEP caso se mostre necessário promover o registo dos direitos de autor e direitos conexos objeto de transmissão nos termos da presente cláusula, designadamente subscrevendo a documentação exigida para o efeito.



## Anexo A

### TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada),  
na qualidade de representante legal de (\*) \_\_\_\_\_ (firma,  
número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números  
de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de  
Encargos relativo à execução do contrato a celebrar com a Agência para o Investimento e  
Comércio Externo de Portugal, E.P.E., abreviadamente AICEP, na sequência do procedimento de  
\_\_\_\_\_ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara,  
estar ciente de que:

#### A. Obrigações da AICEP:

1. A AICEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais.
2. A AICEP, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico [dpo@portugalglobal.pt](mailto:dpo@portugalglobal.pt), ou através de outro meio que venha a ser por ela indicado no seu *website* ([www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt)).
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante a AICEP (na medida em que esta efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido através do formulário eletrónico existente para esse efeito no *website* da AICEP (página Política de privacidade), gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo.
4. A AICEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades da AICEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais.
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior.



aicep Portugal Global

6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.

B. Obrigações do Adjudicatário:

O Adjudicatário declara que cumpre as disposições legais em vigor, quer nacionais quer comunitárias, sobre a proteção de dados pessoais.

Assinatura

Data

(\*)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.